

**ATA N.º 13/2014 - REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA  
REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2014.** -----

Aos onze dias do mês de julho de dois mil e catorze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, em sessão ordinária, no Auditório do Edifício dos Paços do Município, sob a Presidência de Mário Fernando Atracado Pereira (CDU-PCP/PEV) e onde compareceram os senhores Vereadores: Carlos Jorge Duarte Pereira (CDU-PCP/PEV), João Pedro Costa Arraiolos (CDU-PCP/PEV), Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar (PS) e Francisco José Saturnino Cunha (Todos Por Alpiarça – PPD/PSD-MPT). -----

Estiveram ainda presentes no apoio à reunião: Ana Cristina Lima Ferreira, Assistente Administrativo e José Manuel Vaz Portugal de Sousa, Técnico Superior (Eng.º Civil). ----

Verificando-se quórum, o sr. Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a reunião, eram quinze horas e catorze minutos, após o que deu início à apreciação dos seguintes assuntos: -----

**MOVIMENTO DE FUNDOS** -----

Foi apresentado o resumo diário de Tesouraria de 10 de julho de 2014, que apresentava um total de disponibilidades de € 169.239,10. -----

Os pontos que constituem a **Ordem do Dia** da presente reunião são os seguintes: -----

**Ponto 1** - Parecer do Conselho Municipal de Segurança na reunião realizada no dia 25 de junho de 2014. -----

**Ponto 2** - Grupo Parlamentar “Os Verdes” - Resposta do Ministério das Finanças às perguntas que foram dirigidas pelos Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia, nomeadamente sobre encerramento de Repartições de Finanças no Distrito de Santarém. -----

**Ponto 3** – Município de Alpiarça. Proposta do Sr. Presidente Mário Pereira. Proposta de designação do Fiscal Único da “AR – Águas do Ribatejo, EM, SA” - “Martins Pereira, João Careca e associados, SROC, Ld.ª”, representada por João António Carvalho Careca, ROC. Remeter à Assembleia Municipal. -----

**Ponto 4** – Requerimento do Sr. Vereador Francisco Cunha a solicitar o agendamento do Parecer n.º 216/2014 da C.A.D.A. Relativo ao Processo n.º 206/2014. -----

**Ponto 5** - Requerente: Mário Machacaz Cadimas - “Bar da Música” - Licença especial de ruído, para a realização de um evento de Karaoke, no “Bar da Música” na Rua da Feira, em Alpiarça, no período noturno compreendido entre as 21h do dia 19 de Julho e as 02H do dia 20 de Julho de 2014. -----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O sr. Presidente da Câmara abriu este período começou por entregar aos senhores vereadores a documentação solicitada em reuniões anteriores: -----

1. - Dados curriculares do Dr. Nuno Prates; -----
2. - Uma informação sobre uma proposta de atribuição de uma Medalha de Mérito Desportivo Grau Ouro, ao atleta Gilberto Pratas Fernandes; -----
3. - Mapas das ARU's, que surgiu na reunião anterior, numa questão colocada sobre o Centro Histórico de Alpiarça; -----
4. - Conta corrente com a concessionária do Parque de Campismo de Alpiarça, que já tinha sido anteriormente solicitada; -----

----- Leu uma informação jurídica que depois fará chegar aos membros do Executivo, relativamente aos assuntos propostos pelo sr. Vereador Francisco Cunha, para agendamento nas reuniões de Câmara, a qual tinha o seguinte conteúdo e que se passa a transcrever: -----

“INFORMAÇÃO - Foi-nos pedida informação sobre o enquadramento das propostas e assuntos (pertinência) de agendamento para reunião de câmara apresentados pelo Vereador da oposição Francisco Saturnino Cunha.

Foram apresentadas as seguintes propostas:

1. Hortas Comunitárias;
2. Construção de Parque de Auto-Caravanas;
3. Colocação de Equipamento de resistência muscular na zona da barragem;
4. Incentivo à economia local;
5. Melhoramento do parque do Largo dos Águias;
6. Atribuição de espaço da oposição no Boletim Municipal;

A ordem de trabalhos de cada sessão ou reunião, ou Ordem do Dia (OD), deve conter todos os assuntos que devam ser submetidos a deliberação do executivo municipal (art.º 50º do RJAL), mais devendo incluir os assuntos indicados pelos membros do respetivo órgão desde que o assunto seja de competência do órgão e o pedido seja apresentado por escrito e com a antecedência devida (art.º 53º do RJAL). Se não for cumprido o prazo mínimo, deverá ser agendada para a reunião seguinte. Compete ao Presidente da Câmara estabelecer a OD (art.º 35º, nº1, alínea o) do RJAL). No entanto, não pode deixar, em nossa opinião, de incluir os assuntos indicados por qualquer vereador, com ou sem competências, pelouros ou tempos distribuídos, se forem cumpridos os 3 requisitos supra indicados (competência, forma escrita e prazo).

Quanto à forma escrita e prazo, atendendo a que datam todas de antes da última reunião de câmara, nada há que impeça o seu agendamento. Resta analisar a questão da competência do órgão câmara municipal.

Quanto a esta questão, o teor de cada proposta pode ser importante para tomar uma decisão definitiva ou até para concluir com menor margem de erro qual a norma legal a que se subsume cada deliberação e averiguar se se trata de competência do executivo, do Presidente da Câmara ou do executivo mas delegada no Presidente e eventualmente sub-delegada nalgum Vereador ou Dirigente de Unidade Orgânica (embora, no caso de competência originariamente do executivo mas delegada ou sub-delegada, me parecer que, bastará que o teor da proposta preveja igualmente a proposta da avocação da competência em causa, devidamente justificada e fundamentada, revogando total ou parcialmente a delegação anterior ou avocando apenas para o ato, para que essa questão fique sanada).

Quanto às propostas supra enumeradas com os números 2., 3. e 5. se prendem, de algum modo com obras em espaço público executadas por administração direta ou por empreitada. A decisão de executar essas obras poderá ter de ser antecedida de uma decisão relativamente ao projeto ou à intenção e, se for necessário, à abertura dos respetivos procedimentos de contratação pública. Em qualquer caso, imaginando que as propostas apresentadas não contêm previsão de custos nem orçamentos nem, possivelmente, sequer proposta quanto à execução direta ou por empreitada, a competência dependeria do valor da obra dado que nos termos do art.º 35º, nº1, alínea f) e art.º 33º, nº1, alínea f) é competência do Presidente até ao montante cuja despesa lhe cabe autorizar. Só a cima desse valor é que é competência da Câmara sob pena de se esvaziar a competência do Presidente. Assim, faltarão competência do executivo pois está acometida ao Presidente. Não indicando o Sr. Vereador o custo da obra, ou o Sr. Presidente recusa com base na falta de elemento essencial para saber se é passível de agendar para reunião de Câmara ou decide remeter aos serviços para que avaliem o custo previsível da obra e assim se averigüe officiosamente se se trata de competência do executivo ou do Sr. Presidente.

Contudo, se o Sr. Presidente assim entender, competindo-lhe estabelecer a OD nada obsta a que decida agendar, se assim entender, apenas para conhecimento ou análise e não para deliberação, mas fica ao critério do Sr. Presidente.

Quanto à proposta do boletim municipal, nos termos do disposto no art.º35º, nº1, alíneas a) t) cabe ao Presidente, e não ao executivo, determinar o conteúdo do Boletim Municipal e a demais política de comunicação e informação do Município, sem prejuízo de recomendações que o executivo possa fazer.

Quanto às hortas comunitárias e incentivo à economia local, embora desconheçamos o conteúdo das propostas o que dificulta a análise, parece-nos que caberá ao executivo ao abrigo do art.º33º, nº1, alíneas u), ee), ff), qq) e ccc).”

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar disse que não se iria pronunciar hoje sobre o documento que foi lido pelo sr. Presidente da Câmara e que o faria numa próxima reunião de câmara. Acrescentou que tinha alguns assuntos a abordar e solicitou que independentemente da forma como o sr. Presidente da Câmara conduz as reuniões, solicitou que pudesse ser aberto o debate sobre alguns pontos, de matéria não necessariamente política. Abordou, nomeadamente, os seguintes assuntos: -----

1. - Sobre as atas das reuniões de câmara disse ter verificado que houve alguma quebra na regularidade da vinda das atas para aprovação, e que era importante que houvesse regularidade na vinda das atas, até para que o seu conteúdo fosse disponibilizado o

mais rapidamente possível no Site da Autarquia; -----

2. - Pretendeu saber se já existe certificação de segurança da Casa dos Patudos e também no que diz respeito ao sistema de segurança do W.C. para deficientes; -----

3. - Congratulou-se pela abertura de uma nova linha de produção da Monliz, que permitirá a criação de algumas dezenas de postos de trabalho, e sendo uma indústria ligada ao setor primário ainda melhor. Felicitou o sr. Presidente da Câmara pelo discurso que fez na inauguração desta nova linha, considerando-o um discurso construtivo, virado para a inovação económica, leve e despolitizado; -----

4. - Falou de um e-mail recebido no dia 10 de julho, oriundo do grupo “Arregaita” e enviado para todo o Executivo, que vem reclamar uma dívida de uma atuação que teriam feito em abril num espetáculo promovido pela Câmara Municipal, opinando que não é a favor deste tipo de comunicação, que não será a melhor forma de tratar destes assuntos e entende que se o espetáculo foi em abril, o atraso é razoável; -----

5. - Questionou depois qual foi a forma de contratação desta Banda, o que foi acordado e em que moldes foi feito este contrato; -----

6. - Abordou a situação da morte de peixes na Barragem dos Patudos, presume que num espaço de um ano é a segunda vez que acontece esta situação, apesar da Câmara, segundo foi informado, estar a tentar resolver a situação. Falou da água estar eventualmente contaminada com ciano-bactérias, do seu perigo para quem possa inadvertidamente beber aquela água e solicitou o ponto de situação sobre o assunto e parece-lhe que neste momento não há conhecimento da verdadeira causa da morte dos peixes e disse não ser descabido pedir um estudo para se saber de que morrem os peixes na nossa barragem, para a partir daí, traçar um plano de combate ao problema;

7. - Abordou a questão da venda de melão no mercado de frutas do Carril, tendo tido conhecimento que os preços praticados neste início de época são muito baixos, na ordem dos catorze cêntimos o quilo e que a Câmara não pode intervir na regulação do mercado porque o mercado é livre, mas que para além da realização do Festival do Melão pode usar uma série de ferramentas que estão ao seu alcance para promover uma melhor divulgação deste produto, que trará repercussões na sua comercialização,

com benefícios para os produtores e para a nossa terra; -----

8. - Agradeceu o parecer jurídico que lhe foi enviado sobre o Parque de Base Recreativa e Formativa do Casalinho e que está a analisar; -----

9. - Falou sobre o contrato de energia elétrica, dizendo que a Câmara de Alpiarça tem encargos anuais com a eletricidade na ordem dos 900.000 euros anuais. Opinou que há formas de baixar estes custos, usando fundos comunitários, e que a Câmara de Alpiarça pode, com um investimento relativamente reduzido, com a ajuda desses fundos, passar a fazer a iluminação pública com LED's. -----

----- Finda a intervenção do sr. Vereador Pedro Gaspar, usou da palavra o sr. Vereador Francisco Cunha, que abordou, nomeadamente, os seguintes assuntos: -----

1. - Relativamente à informação que o sr. Presidente da Câmara leu, disse aguardar pela sua entrega, para fazer uma análise detalhada sobre a mesma, porém depois de ter ouvido com a atenção esse parecer, considerou-o completamente parcial, até porque é a Câmara que paga ao advogado para emitir pareceres. Considerou que alguns pontos que o sr. Presidente da Câmara quer justificar são ilegais, e aqui o que interessa é cumprir a Lei e as regras. Considerou também que as reuniões da câmara municipal não são aquilo que ele esperava, ou que ele pensava, reuniões onde pudesse apresentar propostas, discutir os problemas de Alpiarça e da sua população, não querendo dizer com isso que é o dono da verdade e que todas as suas propostas fossem aprovadas, mas que ao menos fossem discutidas, e hoje passados vários meses sobre a tomada de posse do Executivo, decorridas quase duas dezenas de reuniões do mandato ainda se anda a discutir se as propostas deverão ir ou não a reunião de câmara, se deverão ou não ser discutidas, se as coisas são da competência do Presidente, se são competência do Executivo e em termos práticos a população não beneficia nada com isto. Acrescentou que há tempos o sr. Presidente da Câmara aconselhou a queixar-se a quem de direito quando não concordasse com as suas decisões e que é isso que está a fazer. O Vereador referiu que há uma diferença entre os dois: enquanto o sr. Presidente da Câmara é pago pela câmara e recorre aos serviços de advogados pagos pela câmara e indiretamente por toda a população, ele para

determinados trabalhos ou é ajudado por voluntários ou tem de recorrer a advogados pagos por si e está a prever que alguns casos que o sr. Presidente da Câmara nada resolve, nem toma qualquer atitude, terão de seguir outros caminhos, que ele não gostaria, mas tem de o fazer e nessa altura, tenciona imputar os custos dos processos em que sair vencedor, das matérias em que tiver razão, ao sr. Presidente da Câmara; ---

2. - Quanto ao atraso nas atas, disse não compreender a razão disso acontecer, que durante anos as atas andaram praticamente em dia e que agora trazem o atraso de meses, o que com as condições que hoje existem não faz qualquer sentido. -----

3. - Relativamente aos concursos de admissão de pessoal, foi informado na reunião anterior pelo sr. Vereador João Arraiolos que os concursos tinham sido abertos todos na mesma altura e que iriam ser resolvidos todos na mesma altura, mas que não é verdade, porque há concursos lançados há mais de um ano, ainda no executivo anterior e outros que foram abertos há quatro meses ou cinco, disse julgar saber porque é que não há decisões dos concursos, disse porém que não queria insinuar nada, porque depois o sr. Presidente da Câmara acusava-o de ser insinuador. -----

4. - Falou de um assunto que diz já ter barbas, que já se arrasta desde o tempo da presidência do Dr. Armindo Pinhão, que é a construção da rua que entronca com a rua Eng.º Álvaro da Silva Simões e com a Av.ª 1.º de Dezembro. Sugeriu que no próximo Orçamento da Câmara Municipal se reservassem verbas para começar com a obra, porque nenhum morador exige que a obra se faça toda de uma vez. -----

5. - Sobre o melão, disse que tem alguma experiência de exportações e disse que no verão passado quando viu um almoço com alguém que vinha aqui importar melões, viu logo que aquilo foi campanha eleitoral e disse que não é assim que se resolve o problema do melão de Alpiarça e disse que o Executivo não faz aquilo que devia fazer, nem pela promoção do melão nem por outros produtos agrícolas de Alpiarça. Perguntou quanto é que a autarquia vai pagar pela vinda ao Festival do Melão, do programa da RTP “Aqui Portugal”; -----

6. - Disse ter lido há dias que o Município de Alpiarça podia ser uma das entidades que juntamente com o Cartaxo e Santarém poderiam recorrer ao novo Fundo de Apoio

Municipal, porque a notícia dizia concretamente que a Câmara poderia aderir voluntariamente ao F.A.M., porque se encontra sob um Plano de Saneamento Financeiro desde 2011, por ter recorrido a um empréstimo de seis milhões de euros que ficará a pagar até 2022; -----

7. - Perguntou ao sr. Presidente da Câmara o ponto de situação sobre a sua proposta do ensino do Mandarim; -----

8. - Abordou a questão da água da Barragem dos Patudos, dizendo que a primeira pessoa que sugeriu os jatos de água na Barragem dos Patudos, foi uma Vereadora do PS na altura, que foi a Dr.ª Maria Gabriela Coutinho, que foi ridicularizada pelo PCP, e estranha que o partido “Os Verdes”, não venha cá ajudar a Câmara a resolver os problemas da Barragem, já que há quatro anos atrás foram tão críticos quando apareceram peixes mortos em Alpiarça. -----

O sr. Presidente da Câmara passou a responder às questões colocadas pelo senhores Vereadores. -----

1. - Relativamente à questão do atraso das atas que foi colocada aqui pelos senhores vereadores, tem razão de ser, explicou que tem a ver com a gestão das férias do pessoal, com os recursos afetos a este trabalho, embora esteja tudo gravado em vídeo e divulgado na Internet, as minutas das atas estão aprovadas e reconheceu que nas próximas reuniões de câmara terão de se aprovar as atas em falta; -----

2. - Sobre a segurança do novo Auditório dos Patudos, há uma informação técnica do Sr. Eng.º Vaz Portugal e têm sido feitas algumas diligências junto do projetista no sentido de colmatar as eventuais deficiências de segurança verificadas; -----

3. - Quanto à Monliz, considerou que é um investimento importante, que cria postos de trabalho e fixa população no nosso concelho, e a postura da Câmara Municipal é manter o melhor relacionamento com estas e outras empresas instaladas no concelho;

4. - Quanto ao grupo musical Arregaita, disse não ter conhecimento do e-mail, porque está com um problema na receção de e-mails, mas lembra-se que foi um grupo que atuou nas Comemorações do 25 de Abril e pediu ao sr. Vereador João Arraiolos para explicitar o que se passou; -----

5. - Quanto aos peixes mortos na Barragem dos Patudos, disse que nunca pretendeu escamotear o problema e que com toda a clareza têm informado o que têm estado a fazer, tiraram-se fotografias onde se viam peixes mortos, não se esconde nada de ninguém, que chamaram cá a imprensa, a Universidade de Aveiro, o Fluviário de Mora, o Instituto de Tecnologias do Mar de Peniche, a APA - Agência Portuguesa do Ambiente, o SEPNA da GNR, e todos são unânimes em afirmar que o problema é a eutrofização e a falta de oxigénio nas águas da albufeira e deixaria ao sr. Vereador Carlos Pereira uma melhor explicação sobre o que se tem estado a fazer; -----

6. - Sobre o melão e os problemas da comercialização, é um problema que a câmara tem acompanhado desde sempre, que atinge os nossos agricultores e não só os meloeiros, o papel extremamente agressivo e dominante das grandes superfícies, na redução das margens de comercialização e no esmagamento de preços dos produtos agrícolas. Considerou que se tem trabalhado como nunca se trabalhou agora e foi com a CDU na Câmara e na Junta de Freguesia que se lançou o Festival do Melão, com meios exíguos, não gastando mais do que aquilo que temos. Que se fez a promoção do melão em vários pontos do país, mas é impossível por parte das autarquias locais resolver um problema que está a montante. Acrescentou que reuniram com grandes superfícies, mas que as coisas também passam pela criação de associações de agricultores; -----

7. - Sobre a vinda da RTP a Alpiarça, com o programa “Aqui Portugal”, não tem custos diretos, para além dos apoios logísticos e o resto é tratado com pela Televisão; -----

8. - Quanto ao contrato de fornecimento de energia elétrica, é um contrato estabelecido ao abrigo do acordo-quadro da CIMLT e tem-se conseguido uma significativa redução de preços. A energia é cara e a EDP tem lucros fabulosos, mas o valor avançado pelo sr. Vereador Pedro Gaspar com os gastos de energia é para três anos. Quanto à ideia de se avançar para a iluminação LED, adiantou que já foi aqui explicado que a CIMLT está a apresentar uma candidatura conjunta dos onze municípios, com apoio dos fundos comunitários, no âmbito da eficiência energética e que poderá, caso venha a ser concretizada, trazer poupanças significativas; -----

9. - Sobre os pareceres jurídicos, informou que ao contrário de muitas outras câmaras, a Câmara de Alpiarça, não paga pareceres à peça, e que o nosso consultor jurídico através da avença que está definida realiza este trabalho, assim como a outra jurista da câmara, fará o trabalho que lhe é solicitado e nada é contratado fora. Acrescentou ainda que nesta Câmara não se passam coisas graves, porque nós não funcionamos à margem da Lei, somos sujeitos a inspeções regulares da Inspeção Geral de Finanças, reportamos o que temos de reportar ao Tribunal de Contas e à DGAL; -----

10. - Quanto aos concursos para admissão de pessoal, disse que deixava essa resposta para o sr. Vereador João Arraiolos; -----

11. - Sobre a eventual abertura da rua que liga a Av.ª 1.ª de Dezembro à rua Eng.º Álvaro da Silva Simões, disse que é uma velha e legítima aspiração de alguns moradores, mas que o atual Executivo não tem tido condições de realizar, porque há um conjunto de necessidades que se têm colocado como mais urgentes e há contactos com as pessoas e o que é dito é que vamos tentar concretizar essa aspiração, assim como outras aspirações de outras ruas e de outros moradores, como foi o caso da rua Norton de Matos, no Frade de Cima e que foi hoje concluída, assim como já está concluído um grande troço da rua de Vale Peixe em conjunto com a Câmara de Almeirim. Ainda sobre essa dita rua, disse que não se tem gerado um consenso entre todos os moradores para a disponibilização de terrenos, para a abertura da mesma; ----

12. - Quanto à questão do ensino do Mandarin informou que a questão tem de ser tratada no Agrupamento de Escolas e no Conselho Pedagógico e que este ano não há qualquer hipótese de começar com esse tipo de ensino; -----

13. - Relativamente ao Fundo de Apoio Municipal, informou que foi aprovado na generalidade na Assembleia da República e houve um acordo entre a ANMP e o Governo que mantendo todos os aspetos mais gravosos deste fundo que foi criado, sendo 50% constituído por fundos vindos do Governo e 50% constituído por fundos municipais de todos os 308 municípios, em que a Câmara de Alpiarça não receberá nada, ficará sim sem trezentos e tal mil euros, num prazo de seis anos. O Governo que disponibilizou verbas do empréstimo que contraiu junto BCE e do FMI, aos bancos, não

o faz às autarquias e vai tirar muitos milhões de euros a todos os municípios do país. Explicou ainda que de acordo com os critérios de adesão a este Fundo de Apoio Municipal, a Câmara de Alpiarça caso mantivesse as mesmas condições financeiras que tinha em setembro de 2009, estaríamos em condições de nos candidatar a este fundo de apoio, havendo municípios que se verão obrigados a aderir ao mesmo e ficarão extremamente condicionados por um conjunto de limitações que lhes serão impostas. O Decreto-Lei que constituiu o F.A.M prevê que os municípios que estão em processo de Saneamento Financeiro possam solicitar a sua não adesão forçada a este fundo e é o que nós vamos fazer, uma vez que estamos a cumprir o Plano de Saneamento Financeiro. Finda a explicação o sr. Presidente da Câmara deu a palavra ao sr. Vereador Carlos Pereira para dar mais algumas explicações sobre a questão dos peixes que aparecem mortos na Barragem dos Patudos. -----

----- O sr. Vereador Carlos Pereira, disse que iria tentar dar mais umas achegas ao que já foi dito pelo sr. Presidente da Câmara, tendo em conta que foram feitas aqui algumas considerações sem grande fundamento e explicou que quando há cerca de um ano atrás começaram a aparecer os primeiros peixes mortos na barragem, foi feito um levantamento da situação com o envolvimento das seguintes entidades, para além do Dr. Fábio Correia, da Proteção Civil Municipal de Alpiarça: o Fluvial de Mora, a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, a APA - Agência Portuguesa do Ambiente, o SEPNA da GNR e o Partido Ecologista "Os Verdes". Acrescentou que estão a ser feitas análises de dois em dois meses pela Agência Portuguesa do Ambiente, sendo os dados enviados posteriormente para a Câmara Municipal de Alpiarça, que são análises bacteriológicas, ao oxigénio dissolvido, carência química de oxigénio, nitratos etc., sendo falso dizer-se que não estamos a fazer nada e que nem acompanhamos a situação. Quanto à questão dos fardos de palha, o que foi dito na altura foi que os mesmos para terem algum efeito relevante teriam de ser postos em profundidade, porque colocados nas margens e meio mergulhados, como se fazia antes, e com certeza com a melhor das intenções, não produzem qualquer efeito, mas por outro lado para se colocarem em profundidade também há que ter o cuidado de não os

deixarmos apodrecer. Relativamente aos arejadores que também foram aconselhados como ajuda à resolução do problema, como são bastante caros acabou por optar-se pelos repuxos, estando neste momento um colocado junto ao paredão e irão adquirir-se mais dois que serão colocados ao longo da barragem, tendo estes a vantagem de irem buscar a água a metro meio de profundidade e provocar uma maior oxigenação da mesma, devido à altura a que é lançada e da forma como se espalha ao cair. -----

----- Relativamente ao Festival do Melão o sr. Vereador Carlos Pereira disse que há um orçamento e que as verbas a afetar ao festival não ultrapassarão as do ano anterior.

----- Finalizou dizendo que deve haver um pouco mais de respeito, quando aqui se fala de pessoas como o chefe de gabinete do Presidente da Câmara de Alpiarça ou que pertençam à comissão concelhia do P.C.P. ou quando se fala do próprio Partido Comunista Português. Na sua opinião, as pessoas devem merecer o mesmo respeito que merecem outras pessoas que fazem parte de gabinetes de apoio a presidentes de outras câmaras, ou que fazem parte de órgãos de outros partidos e o Partido Comunista Português, merece o mesmo respeito, que é devido a qualquer outro partido nacional, e se conseguirmos ter essa postura aqui, as reuniões correrão, com toda a certeza, muito melhor. -----

----- O sr. Vereador João Arraiolos sobre a questão do e-mail que foi recebido do grupo “Arregaita”, disse que só teve conhecimento do mesmo esta manhã, e que está de acordo com o sr. Vereador Pedro Gaspar, quando diz que não faz sentido esta forma de relacionamento, já que enquanto Vereador do Pelouro Financeiro é a primeira vez que está a ouvir falar do assunto, não foi contactado nem por e-mail nem por telefone, por outro lado não se concordando com o procedimento, mas trazendo um assunto desta natureza a uma reunião de câmara, não sabe até que ponto não se estará a contribuir para a publicitação do mesmo, ajudando quem o fez a atingir os fins a que se propôs. Acrescentou que teve oportunidade de verificar que é um ajuste direto de cerca de duzentos euros, que o documento é de maio, não tendo atingido sequer os sessenta dias e se tivesse sido tratado de outra forma se calhar já estaria pago. -----

----- Relativamente aos concursos de pessoal disse que é Vereador do Pelouro de

Recursos Humanos apenas desde outubro e que os quatro concursos que estão em vigor foram todos lançados simultaneamente. Ao que o sr. Vereador Francisco Cunha interrompeu dizendo referir-se ao concurso para chefe de divisão, tendo o sr. Vereador João Arraiolos respondido que esse concurso já terminou e que está para nomeação. --

----- O sr. Presidente da Câmara disse estarmos quase com duas horas de período de antes da ordem do dia, e pediu que os senhores vereadores se pretenderem usar da palavra para esclarecer algum assunto, que o fizessem objetivamente, sendo as respostas dadas também com a maior objetividade possível. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha informou que também recebeu o e-mail dos “Arregaita” e do Tony que escreve que não recebeu os duzentos ou trezentos euros, e que viu logo que era uma atuação em abril, que estava dentro dos prazos normais e não fazia sentido estarmos aqui a tratar. O sr. Vereador Carlos Pereira interrompeu dizendo que acha que o sr. Vereador Francisco Cunha fez muito bem, ao contrário do sr. Vereador Pedro Gaspar que como os outros não enviaram o assunto para a Comunicação Social ele encarregou-se de o fazer por eles, fazendo as coisas publicamente. Ao que o sr. Vereador Francisco Cunha contrapôs que o sr. Vereador Pedro Gaspar é seu adversário político e como tal não tem que o estar aqui a defender, mas ele está no direito de trazer às reuniões de câmara o que entender e cada um é responsável pelos assuntos que aqui trouxe. Pediu que o sr. Vereador Carlos Pereira lhe entregasse cópias das análises feitas à água da barragem, porque gostava de ter conhecimentos das mesmas. O sr. Vereador Francisco Cunha disse ainda que em relação a factos, com o devido tempo terá oportunidade de demonstrar que não fez aqui insinuações e quando disse que existem coisas graves na Câmara de Alpiarça, disse que não é uma insinuação é uma afirmação e com o devido tempo as coisas serão comprovadas. Quanto ao respeito que é devido ao chefe de gabinete do sr. Presidente da Câmara e ao Partido Comunista Português, o Vereador opinou que nunca faltou ao respeito nem ofendeu o chefe de gabinete do sr. Presidente da Câmara, este é que já lhe faltou ao respeito publicamente numa assembleia municipal, processo esse que está a ser tratado nos devidos locais indicados pelo Sr. Presidente da Câmara e nesses

locais será julgado. Frisou que se as pessoas e os partidos querem ser respeitados também têm de se dar ao respeito e em relação ao Partido Comunista Português, é evidente que o partido merece respeito, mas o sr. Vereador Francisco Cunha disse que quem lhe tem faltado ao respeito ao longo dos anos é este partido que inclusivamente já emitiu um comunicado contra si e a sua família e ele nunca emitiu qualquer comunicado contra o PCP e que este partido nunca foi respeitador. Relativamente ao sr. Vereador Carlos Pereira disse que o trata com toda a deferência e respeito, que nunca o ofendeu, nem lhe faltou ao respeito e que já ouviu saírem da boca deste vereador coisas que nunca saíram da sua boca. Finalizou dizendo que há uma grande diferença entre ofender e defender posições e aquilo em que acredita com veemência, porque nesta sala e noutros locais todos defendem aquilo em que acreditam e é isso que ele faz, respeitando as promessas que fez às pessoas que nele votaram. -----

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar disse que em termos políticos, parece haver uma tendência, propositada ou não, para, do ponto de vista político, colocar os dois vereadores da oposição no mesmo saco, mas isso não faz sentido, porque há diferenças do ponto de vista de visão estratégica e política, como do ponto de vista ideológico e ambos têm posições políticas muito concretas. Considerou que nunca desrespeitou nenhum órgão político nesta terra e que tem o máximo de respeito pelo presidente, pelos vereadores e pelos elementos da comissão concelhia do PCP, mas considera que tem de haver uma clarificação e uma concretização, quando há chamadas de atenção à vereação, e dizer objetivamente a qual dos dois vereadores se estão a referir. Quanto aos peixes que aparecem mortos na barragem, não culpa o Executivo pela morte dos mesmos, acredita que estão a envidar esforços para resolver o problema envolvendo as várias entidades mencionadas, mas o que aqui não foi dito é se já há ou não uma conclusão sobre a origem do problema e agradeceu que lhe dessem também uma cópia das análises que vão dar ao sr. Vereador Francisco Cunha. -

----- O sr. Presidente da Câmara opinou que não tem conhecimento de assuntos graves que se estejam a passar na Câmara de Alpiarça e se as houver cá estará o sr. Presidente da Câmara para as contestar ou as assumir. Quanto aos Verdes, disse que

estiveram cá porque nos solicitaram uma reunião e assumiram as posições que entenderam e se qualquer outra força política tivesse tido idêntica atitude teria o exatamente o mesmo tratamento. Quanto ao assunto da morte dos peixes, as causas estão identificadas, isso já foi explicado inclusivamente numa assembleia municipal, chama-se eutrofização, sendo o fenómeno que é causado pelo excesso de nutrientes e matéria orgânica nas águas da barragem o que provoca o aumento excessivo de algas que levam a uma diminuição do oxigénio dissolvido, provocando a morte de muitos organismos, incluindo os peixes, e ao mesmo tempo diminuem a qualidade da água. Os caminhos ou soluções apontadas, foram há pouco explicados pelo sr. Vereador Carlos Pereira, aponta-se para a colocação de arejadores, mas dado o seu preço a Câmara está a optar pela colocação de repuxos, estando já um colocado junto ao paredão e que pensam colocar um ao meio da albufeira e outro mais para o seu final. -----

----- O sr. Presidente da Câmara deu por encerrado este período e propôs a realização de um curto intervalo, após o qual deu por retomados os trabalhos cerca das dezassete horas e quarenta minutos, dando início ao Período da Ordem do Dia. -----

**ORDEM DO DIA:** -----

**Ponto 1 - Município de Alpiarça - Sr. Presidente - Parecer do Conselho Municipal de Segurança na reunião realizada no dia 25 de Junho de 2014. Para conhecimento. -----**

----- O sr. Presidente da Câmara deu conhecimento deste parecer, informando que o mesmo foi produzido na sequência da análise aos dados sobre criminalidade no nosso Concelho, disponibilizados pela Sr.ª Comandante do Posto da GNR de Alpiarça, e que foi aprovado por unanimidade, passando a lê-lo: -----

“CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA – PARECER - Considerando que: 1. A leitura do relatório da evolução da criminalidade entre 2009 e 2013 evidencia uma relação direta entre os meios humanos e materiais afetos ao Posto da GNR local e o número de crimes contra o património; 2. O número de efetivos da GNR baixou de 2012 para 2013, de 23 para 16 elementos, facto que foi avaliado com preocupação na reunião do Conselho Municipal de Segurança; 3. O número e tipo de viaturas ao serviço das patrulhas é um fator que influencia de forma decisiva a qualidade do patrulhamento, da vigilância e do socorro; 4. Uma viatura ligeira de passageiros é manifestamente insuficiente e incapaz de satisfazer todas as necessidades e solicitações, nomeadamente as que exigem incursões fora de estrada. O Conselho Municipal de Segurança, reunido no dia 25 de Junho de 2014 deliberou produzir o seguinte parecer: Considerando insuficientes os meios humanos e materiais ao serviço do Posto da GNR, dar conta destas preocupações aos Órgãos Autárquicos do Município para que continuem a adotar as diligências necessárias junto das entidades competentes

para que sejam supridas estas carências com a máxima urgência possível, nomeadamente o aumento de efetivos e de viaturas com características todo-o-terreno. E que este parecer seja ainda remetido ao Comando Geral e Distrital da Guarda Nacional Republicana, ao Ministério da Administração Interna, à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal. Alpiarça, 25 de Junho de 2014. O Presidente do Conselho Municipal de Segurança. a) Mário Fernando A. Pereira” -----

----- O sr. Presidente da Câmara informou que na sequência da produção deste parecer, está a tentar agendar uma reunião com o Comando Geral e Distrital da Guarda Nacional Republicana, Coronel Nuno Paulino, para abordar um conjunto de assuntos nos quais se incluem o policiamento de proximidade com a utilização das bicicletas de acordo com o que foi aqui aprovado em reunião de câmara. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha disse congratular-se pela primeira reunião deste Conselho, que já não acontecia há quatro anos e meio e que felizmente por insistência do Movimento Todos Por Alpiarça, este Conselho reuniu e está a funcionar. Relativamente ao Parecer emitido, disse que não está contra ele, mas que carece de alguma precisão e não é totalmente verdadeiro porque o aumento da criminalidade de 2009 para 2013 não está só relacionado com a diminuição de meios humanos e materiais, porque noutros concelhos também houve diminuição de efetivos e viaturas e não houve o aumento de criminalidade como houve em Alpiarça. Aqui surgiu algum diálogo entre o sr. Vereador Francisco Cunha e o sr. Presidente da Câmara que discordaram quanto aos dados que existem sobre a criminalidade em Alpiarça, tendo o sr. Vereador Francisco Cunha pedido ao sr. Presidente da Câmara que lhe enviasse os dados da criminalidade que possui, a fim de os poder analisar e discutir. O sr. Vereador Francisco Cunha aproveitou para falar na segurança dos campos, dizendo que em concelhos vizinhos já encerraram certos caminhos agrícolas a partir de uma certa hora e em Alpiarça isso ainda não foi feito ainda. Contrapondo o sr. Presidente da Câmara dizendo que as coisas não são assim tão simples, porque estamos a falar de cortar a liberdade de movimento às pessoas e que estavam a trabalhar nisso, ao que o sr. Vereador Francisco Cunha ripostou que isso dos estarmos a fazer sem haver uma data para concluir, não é nada, porque os nossos vizinhos de Almeirim e Golegã já o fizeram e aqui não se faz, e opinou que enquanto o sr. Presidente da Câmara não determinar uma data para as coisas serem concluídas, elas irão arrastar-se. Também criticou a

forma como o sr. Presidente da Câmara encara esta realidade e que vai fechando os olhos, até que algum dia aconteçam coisas mais graves, porque queremos ser uma vila segura e uma vila para vivermos com tranquilidade e o Executivo tem essa responsabilidade, ao que o sr. Presidente da Câmara contrapôs que isso é uma responsabilidade do Governo Central. Aqui voltou a registar-se mais um diálogo sobre de quem era a responsabilidade pela segurança dos cidadãos de Alpiarça. O sr. Vereador Francisco Cunha opinou que há um Conselho Municipal de Segurança que foi formado para acompanhar a segurança dos cidadãos de Alpiarça e o sr. Presidente da Câmara preside a esse conselho. Disse que o sr. Presidente da Câmara não pode dizer que a responsabilidade é do Governo Central e deu como exemplo as câmaras de Almeirim e da Golegã, que em conjunto com as pessoas e com as forças de segurança já decidiram interditar algumas estradas a determinadas horas e a determinados dias. Em jeito de conclusão disse que o sr. Presidente da Câmara não pode dizer às pessoas de Alpiarça que agora estão mais seguras que há alguns anos atrás porque isso não corresponde à verdade, quando até há medo de andar em certas ruas a certas horas pelo aspeto das pessoas com quem se cruzam, até porque hoje em dia existe muita facilidade para as pessoas se instalarem em Alpiarça, não cumprindo leis, nem cumprindo regras e fazendo uma vida que ninguém sabe como, e o dinheiro tem de vir de algum lado e ele tem vindo, não tem faltado. -----

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar usou da palavra para dizer que se associava a todos os membros deste Executivo, por o Conselho Municipal de Segurança estar a funcionar e que continue a funcionar de acordo com o que está regulamentado. Depois disse estranhar que o parecer comece por dar apenas um especial enfoque aos “crimes contra o património” e que depois termine pedindo o aumento de efetivos e de viaturas com características de todo o terreno. Perguntou se o Conselho de Segurança foi informado da deliberação da câmara municipal de Alpiarça, sobre a possibilidade da GNR vir a ter ciclo-patrolhamentos. -----

----- O sr. Presidente da Câmara passou a responder aos dois vereadores dizendo que a responsabilidade pela política de segurança e pela segurança dos portugueses é

do Governo Central e que nessa política de segurança colaboram várias entidades, entre as quais os municípios no espaço do seu território e nós Câmara de Alpiarça não nos demitimos dessas funções, daí que tenham ocorrido várias reuniões com várias entidades entre as quais ministros, secretários de estado e comandantes da GNR. O sr. Presidente da Câmara disse depois que há um conjunto de crimes que não eram crimes públicos, dependiam da apresentação de queixa e deixaram de o ser, porque a GNR ao tomar conta de certas ocorrências, tem imediatamente o efeito de crime público e engrossar as estatísticas. Afirmou que aqui nunca disse que a culpa de tudo é do Governo Central, o que se diz é que a responsabilidade pela segurança é do Poder Central e também não pode afirmar que estamos mais seguros que há dez anos atrás, e não o diz porque não possui esses dados, o que tem a sensação como cidadão é que tanto Alpiarça, como os dois concelhos vizinhos que referiu, o resto do distrito de Santarém e o resto do país, não estão mais seguros. Disse para tentar finalizar, que os números de Alpiarça nos últimos anos e quando havia um conjunto de crimes que não eram públicos e passaram a ser, há oscilações na casa das unidades e verificou-se uma subida entre 2010 e 2011 e depois uma descida acentuada também. Finalizou dizendo que a Câmara de Alpiarça não dá facilidades nenhuma a quem se quer instalar em Alpiarça porque não tem competências nessa matéria. O sr. Vereador Francisco Cunha contrapôs que legal e ilegalmente qualquer pessoa se instala em Alpiarça, e questionou se essa competência não é da Câmara é de quem? Acrescentou que quem manda em Alpiarça é a CDU e o PCP, e perguntou se todas as pessoas que estão a vir para Alpiarça, estão a vir para cá de uma forma legal e se garante que todas as pessoas que estão em Alpiarça estão cá de forma legal? Concluiu dizendo que o sr. Presidente da Câmara tem de assumir a responsabilidade pelas pessoas que vivem em Alpiarça de uma forma ilegal e perguntou o que é que o sr. Presidente da Câmara faz para que as pessoas não continuem cá de forma ilegal? O sr. Presidente da Câmara retomou a palavra afirmando que é uma situação que merece o devido acompanhamento, que as instituições estão a funcionar, estão a atuar, que o país tem razões para ter preocupações, que Alpiarça é uma terra segura, das mais seguras do país e opinou que esta situação merecia um

debate mais sério numa outra circunstância e com intervenção de quem tem competências delegadas nesta matéria. O sr. Vereador Francisco Cunha solicitou mais uma vez que lhe fossem disponibilizados os dados a que o sr. Presidente da Câmara se está a referir e oriundos da GNR. -----

----- Relativamente à intervenção do sr. Vereador Pedro Gaspar disse que o parecer do Conselho Municipal de Alpiarça foi produzido integralmente pelo plenário e não houve intervenção alguma do Presidente da Câmara, a não ser em termos de aprovação, tendo o parecer surgido depois dos dados disponibilizados pela Sr.ª Comandante do Posto da GNR de Alpiarça. -----

**Ponto 2 - Grupo Parlamentar “Os Verdes” - Resposta do Ministério das Finanças às perguntas que foram dirigidas pelos Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia, nomeadamente sobre encerramento de Repartições de Finanças no Distrito de Santarém. Para conhecimento.** -----

----- O sr. Presidente da Câmara deu conhecimento deste ponto, referindo que há uma lista de repartições que foi enviada ao Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, por parte do Ministério de Finanças, na qual se apontava para o encerramento de mais de cem repartições de finanças a nível nacional e que no distrito de Santarém, das vinte e uma existentes, seriam nove as repartições a encerrar: Alpiarça, Chamusca, Constância, Coruche, Ferreira do Zêzere, Golegã, Mação, Rio Maior e Sardoal, ou seja 42,6% das repartições do distrito de Santarém. Esta lista que foi enviada ao Sindicato, mereceu tomadas de posição do sr. Presidente da Câmara de Alpiarça, de vários outros órgãos autárquicos da região, da CIMLT que se mostrou, em carta enviada ao Ministério das Finanças, preocupada com esta situação. Disse esperar que este encerramento não se concretize, embora estes encerramentos venham no seguimento de uma série de serviços desde escolas a centros de saúde, no todo nacional, que se têm vindo a encerrar e que começaram no anterior governo PS e que se têm vindo a intensificar com este governo PSD/CDS. Opinou que estes serviços públicos devem ser prestados com toda a qualidade e proximidade aos cidadãos, de modo a atenuar ou mesmo eliminar as assimetrias existentes no nosso país. Finalizou dizendo que o

assunto vem só para conhecimento, no entanto, disponibilizou-se para hoje ou numa próxima reunião aprovar aqui alguma moção ou recomendação em conjunto, de modo a vincar a posição da Câmara Municipal de Alpiarça. O sr. Vereador Francisco Cunha perguntou se caso se verifique o encerramento da repartição de finanças de Alpiarça, onde é que os munícipes de Alpiarça se dirigiriam. O sr. Presidente da Câmara disse que o governo tem-se mantido calado sobre esta matéria, mas que tem vindo a tentar convencer os municípios a criar “Espaços do Cidadão” ou “Condomínios do Cidadão”, no sentido de substituírem as antigas Lojas do Cidadão, numa nova política de serviços públicos, de forma a imputar aos municípios as despesas com estes espaços. O sr. Vereador Francisco Cunha mostrou-se terminantemente contra, que qualquer cidadão de Alpiarça, tenha de sair do seu concelho para tratar de qualquer assunto relacionado com as Finanças, mas se o tiver de fazer numa Loja do Cidadão, na Junta de Freguesia ou na Câmara, para ele é igual. -----

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar opinou que um concelho na sua autonomia não pode deixar de ter um serviço local como a Repartição de Finanças, dizendo-se manifestamente contra o eventual encerramento deste serviço em Alpiarça, e que da sua parte o Executivo tem toda a sua solidariedade, tem o seu voto de aprovação, caso hoje ou numa próxima reunião haja necessidade de aprovar um documento que por antecipação mostre a nossa posição de rejeição, relativamente a um possível encerramento da Repartição de Finanças de Alpiarça. -----

----- O sr. Presidente da Câmara informou que caso o Executivo venha a discutir uma moção dessa natureza, será um documento nosso, e onde será retirada toda a carga política e nada terá a ver com este documento de “Os Verdes”, que apenas veio aqui para conhecimento. -----

----- Findo este ponto o sr. Presidente da Câmara retirou-se para cumprir um compromisso oficial, passando a reunião a ser conduzida pelo sr. Vice-presidente Carlos Pereira. -----

**Ponto 3 – Município de Alpiarça. Proposta do Sr. Presidente Mário Pereira. Proposta de designação do Fiscal Único da “AR – Águas do Ribatejo, EM, SA” - “Martins Pereira,**

**João Careca e associados, SROC, Lda.ª”, representada por João António Carvalho Careca, ROC. Remeter à Assembleia Municipal. Deliberação: -----**

----- O Sr Vice-Presidente abriu a discussão deste ponto e deu a palavra ao sr. Vereador João Arraiolos que no uso da palavra apresentou a seguinte proposta:

PROPOSTA - ANO 2014 - DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA "AR — ÁGUAS DO RIBATEJO, EM,SA" - Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 26.º da Lei número 50/2012, de 31 de agosto, os órgãos competentes para a designação do Fiscal Único da sociedade são os órgãos deliberativos das entidades públicas participantes, sob proposta dos respetivos órgãos executivos.

- Atenta a deliberação da Assembleia Geral das "AR - Águas do Ribatejo, EM, SA" no sentido de propor às diversas Câmaras Municipais (na qualidade de entidades públicas participantes) para que estas possam posteriormente propor às respetivas Assembleias Municipais, a designação de "Martins Pereira, João Careca e associados, SROC, Lda", representada por João António Carvalho Careca, ROC, tendo como ROC Suplente, Alec Antoine Edmond Beerten, ROC, para Fiscal Único da "AR Águas do Ribatejo, EM, SA". -----

Assim, no uso das competências legais previstas na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL, aprovado em anexo à Lei número 75/2013, de 12 de setembro, o Município de Alpiarça, através da sua Câmara Municipal, é o órgão competente para apresentar propostas à Assembleia Municipal sob matérias da sua competência. -----

Nestes termos Proponho à EX.MA CÂMARA MUNICIPAL que delibere apreciar e aprovar a presente proposta de solicitar à Assembleia Municipal a nomeação de "Martins Pereira, João Careca e associados, SROC, Lda", representada por João António Carvalho Careca, ROC, tendo como ROC Suplente, Alec Antoine Edmond Beerten, ROC, para Fiscal Único da "AR — Águas do Ribatejo, EM, SA", nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 262 da Lei 50/2012, de 31 de agosto.” -----

Após algumas trocas de opiniões e sugestões emitidas quer pelo sr. Vereador Pedro Gaspar, quer pelo sr. Vereador Francisco Cunha, em virtude da proposta não vir acompanhada de alguns elementos, como o valor do contrato e o currículo da empresa, foi decidido retirar o ponto e trazê-lo à próxima reunião de câmara. -----

----- Dada a ausência do sr. Presidente da Câmara e o seu provável regresso à reunião de câmara, o sr. Vice-Presidente deixou para mais tarde a discussão do ponto 4 e passou para a discussão do ponto 5. -----

**Ponto 5 - Requerente: Mário Machacaz Cadimas - “Bar da Música” - Licença especial de ruído, para a realização de um evento de Karaoke, no “Bar da Música” na Rua da Feira, em Alpiarça, no período noturno compreendido entre as 21h do dia 19 de Julho e as 02H do dia 20 de Julho de 2014. Deliberação: -----**

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara pôs o ponto à discussão, tendo o sr. Vereador Pedro Gaspar usado da palavra dizendo que temos vindo a assistir à vinda de algumas licenças desta natureza que vêm apenas para ratificação já com despacho emitido pelo

sr. Presidente da Câmara que obviamente tem poderes para o fazer, no entanto, seria de bom que os agentes económicos fossem sensibilizados para o facto de que há reuniões de câmara de quinze em quinze dias e conhecendo-se a data do evento é perfeitamente possível requerer a licença atempadamente, cabendo aos serviços municipais a sensibilização dos munícipes nesse sentido. -----

----- O sr. Vereador Francisco Cunha disse que queria tecer alguns comentários e que alguns vêm no seguimento do raciocínio do sr. Vereador Pedro Gaspar, deu os parabéns quer aos serviços quer ao requerente pela celeridade e antecipação com que trataram do processo, dando tempo do mesmo vir para deliberação da câmara e não apenas para ratificação e aproveitou para desejar ao requerente que o evento corra bem. -----

----- Posto o ponto à votação foi aprovado por unanimidade. -----

----- O sr. Vice-Presidente, deixou a apreciação do ponto 4 para o final da reunião e passou para o **Período do Público**, dada a ausência do sr. Presidente da Câmara. -----

#### **PERÍODO DO PÚBLICO** -----

----- Usou da palavra o munícipe Pedro Bernardo que questionou os membros do Executivo se tinham conhecimento das anomalias que existem há cerca de quinze dias no fornecimento de água no Frade de Cima, disse que começou por uma baixa de pressão acentuada, a uma quinta-feira, alternada com períodos de fornecimento normal, até que depois deixou de correr água nas torneiras, ao que alguns habitantes interpelaram a empresa Águas do Ribatejo, não tendo obtido uma resposta concludente sobre o problema, até que no domingo durante a noite a água lá apareceu. Hoje antes desta reunião contactou funcionários da empresa, que estavam no depósito da água e o que lhe foi dito é que o mesmo iria para manutenção durante vários meses e que estavam a fazer um bye-pass para que a água fosse fornecida através de Paço dos Negros, até se concluírem os trabalhos. Informou que numa lagoa, que pensa ser funda, que existe no Paul da Goux se pratica a pesca, inclusive com pequenos barcos insufláveis e perguntou de quem será a responsabilidade caso haja ali um acidente. Em relação à Barragem dos Patudos sugeriu que para além da pesca desportiva se pudesse ali permitir por exemplo o uso de barcos, o que poderia ajudar

na oxigenação da água e contribuir para a diminuição da morte de peixes. -----  
----- Usou da palavra o munícipe Eduardo Costa, que pôs duas questões: a primeira foi relacionada com o parecer emitido pelo Conselho Municipal de Segurança, dizendo que o que teria percebido da leitura do PARECER, é que a evolução da criminalidade entre 2009 e 2013 evidencia uma relação direta entre os meios humanos e materiais afetos ao Posto da GNR local e o número de crimes contra o património, o que está em contraponto com o gráfico mostrado pelo sr. Presidente da Câmara, no qual se verifica uma diminuição da criminalidade em Alpiarça. A segunda questão prendeu-se com o parecer que foi lido pelo sr. Presidente da Câmara sobre as propostas que têm sido apresentadas pela oposição e que não têm vindo na ordem de trabalhos das reuniões de câmara, perguntando o munícipe, qual a razão deste parecer jurídico só ter vindo agora, passados cerca de oito meses após a entrega das primeiras propostas pela oposição. Perguntou ainda se face a esse parecer essas propostas da oposição começarão a vir às reuniões de câmara para serem discutidas e votadas ou se só virão quando o sr. Presidente da Câmara assim o entenda, não se cumprindo assim os prazos estipulados no Regime Jurídico das Autarquias Locais e no Estatuto da Oposição. -----  
----- O sr. Vice-Presidente da Câmara em resposta ao munícipe Pedro Bernardo, disse que a câmara não teve conhecimento dos cortes de água no Frade de Cima, apenas tem conhecimento das obras da empresa Águas do Ribatejo que se estão a realizar em várias ruas da vila e dos consequentes constrangimentos que irão existir no abastecimento. Sobre a pesca no Paul da Goux, disse nunca ter visto lá ninguém com barcos, mas é uma questão de começar a mandar passar lá mais assiduamente a fiscalização, não vê outra hipótese de impedir a pesca no local. Quanto à Barragem dos Patudos, informou que é propriedade da Câmara Municipal e como tal da sua responsabilidade, estando a pensar-se em articulação com o Gabinete de Desporto promover uma maior utilização da mesma por barcos e canoas e inclusive a diminuição da atividade piscatória, no sentido de minimizar a quantidade de engodo lançado às águas, tendo como objetivo a diminuição de matéria orgânica, que por sua vez provoca o fenómeno da eutrofização. -----

----- Relativamente à questão colocada pelo munícipe Eduardo Costa sobre o parecer emitido pelo Conselho Municipal de Segurança, o sr. Vice-Presidente da Câmara, opinou que em lado nenhum do parecer se refere que a criminalidade aumentou em Alpiarça, o parecer chama a atenção para a insuficiência dos meios humanos e materiais ao serviço do Posto da GNR, e para que o Executivo continue a adotar as diligências necessárias junto das entidades competentes para que sejam supridas estas carências com urgência. Em relação à segunda questão colocada pelo mesmo munícipe, o sr. Vice-Presidente da Câmara, alegou que o que foi lido pelo sr. Presidente da Câmara relativamente às propostas da oposição, não era um parecer jurídico, mas sim apenas uma informação jurídica de análise à situação e que lhe chegou hoje por e-mail, que nem sequer está assinada, e que talvez o sr. Presidente da Câmara nem a devesse ter lido, mas que o terá feito só como forma de adiantar a informação. Quanto à resposta ao resto da questão colocada, só o sr. Presidente da Câmara o poderá fazer. Como ele não está presente, terão de aguardar pelo seu regresso à reunião ou no caso de o não fazer, terá de ficar para uma próxima reunião. --

----- Como o sr. Presidente da Câmara continuava ausente e provavelmente não regressaria à reunião, o Sr. Vice-Presidente passou à discussão do ponto 4. -----

**Ponto 4 – Requerimento do Sr. Vereador Francisco Cunha a solicitar o agendamento do Parecer n.º 216/2014 da C.A.D.A. Relativo ao Proc.º n.º 206/2014. Deliberação: ---**

----- O sr. Vice-Presidente da Câmara pôs à discussão a retirada deste ponto da Ordem de Trabalhos, dada a ausência do sr. Presidente da Câmara. -----

----- No uso da palavra o sr. Vereador Francisco Cunha disse não concordar com o adiamento deste ponto e que o mesmo deveria ser discutido estivesse ou não o sr. Presidente da Câmara presente, pois na sua opinião continuam-se a cometer ilegalidades diariamente na Câmara de Alpiarça e não compreende porque é que este ponto não foi discutido logo no início da reunião, na presença do sr. Presidente da Câmara, uma vez que o mesmo já sabia que tinha um compromisso a partir das seis ou seis e meia da tarde e que as reuniões de câmara nunca acabam a essa hora, ou então que se adie a discussão do ponto para uma reunião a realizar amanhã e que não podia

aceitar estar à espera mais quinze dias pela discussão deste ponto. -----

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar disse que se iria abster neste ponto, porque lhe parece que o sr. Vereador Francisco Cunha tem razão quando afirma que se o sr. Presidente da Câmara já sabia que tinha um compromisso inadiável, poderia perfeitamente antecipar a discussão do quarto ponto da ordem de trabalhos para o início da reunião. De qualquer modo não votará contra e irá verificar se de facto o compromisso do sr. Presidente da Câmara é de natureza pessoal e inadiável, como ele informou, ou se há aqui qualquer manobra política dilatória, com vista apenas ao adiamento da discussão desta matéria e se assim for na próxima reunião de câmara, tomará uma posição sobre este assunto. -----

----- O sr. Vice-Presidente pôs a retirada deste ponto à votação tendo sido aprovada por maioria, com a abstenção do sr. Vereador Pedro Gaspar e o voto contra do sr. Vereador Francisco Cunha, que em declaração de voto disse que desde a segunda reunião de câmara tem vindo constantemente a pedir documentos importantes, não para si, mas para esclarecimento da população de muitas coisas que presumem não estarem a correr dentro da lei, tendo a C.A.D.A. no dia vinte e sete de junho, emitido parecer positivo, dando razão ao Todos Por Alpiarça, em que todos os documentos que são solicitados terão de ser entregues ao vereador da oposição ou até ao público e o sr. Presidente da Câmara teima em não entregar a documentação. Neste momento o sr. Vice-Presidente da Câmara interrompeu o sr. Vereador Francisco Cunha dizendo-lhe que lhe tinha dado autorização para fazer uma declaração de voto e não para fazer considerações sobre o assunto em discussão e que se quisesse fazer declaração de voto que a fizesse por escrito. Ao que o sr. Vereador Francisco Cunha contrapôs que tinha direito a fazer a sua declaração de voto verbalmente, que nunca aconteceu ser-lhe pedida uma declaração de voto por escrito e que ao não ser autorizado a fazê-la verbalmente, se ausentaria da sala, o que fez de imediato. -----

#### **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

----- Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Vice-Presidente, eram dezanove horas e cinquenta e seis minutos, da qual, para constar, se lavrou a

presente ata que, para efeitos de execução imediata, foi aprovada em minuta, por unanimidade, com as ausências do sr. Presidente da Câmara e do sr. Vereador Francisco Cunha. -----

E eu, Ana Cristina Lima Ferreira, servindo de Secretária, a redigi e assino. -----